

Última reunião mensal de 1944

“O ensino da economia e administração”

A última conferência mensal da Divisão de Aperfeiçoamento do D.A.S.P., em 1944, foi realizada em 29 de dezembro, sendo conferencista o Sr. Eduardo Lopes Rodrigues, da Secção de Estudos Econômicos e Financeiros do Ministério da Fazenda, que falou sobre “O ensino da economia e administração”, tema que debateram, em seguida, os Srs. Augusto de Rezende Rocha, chefe de secção da Divisão de Aperfeiçoamento, e o Professor Raul J. Bittencourt, da Faculdade Nacional de Filosofia. Damos, a seguir, a íntegra da conferência:

“Não obstante os debates que este momentoso tema vem suscitando há longo tempo, fatores de ordem psicológica têm impossibilitado, se me não engano, que o assunto seja examinado em alguns dos seus aspectos fundamentais.

Por isso, afigura-se-me aconselhável uma ligeira digressão, com o intuito de fixar, preliminarmente, a posição dos estudos econômicos e administrativos em face dos objetivos da universidade.

Nada de novo vos poderei dizer, pois sabeis, como eu, quão difícil é ser original. Antecipar o porvir, só os gênios o podem fazer. Mas, em todos os tempos e em tôdas as sociedades, foi sempre de alguma valia a contribuição honesta dos homens de boa vontade.

Aos que têm acompanhado a evolução do nosso ensino de economia e administração não tem passado despercebida a confusão mental, quase generalizada, quanto à natureza e objetivos desses estudos.

Nota-se, mesmo, uma indistigável dificuldade na apreensão da exata utilidade desse ramo do conhecimento.

Ao observador arguto e que, por fôrça das circunstâncias, haja mantido estreito contato com essas questões, talvez seja possível precisar algumas das causas dessa anomalia. A principal parece ser a falta de apoio material e moral ao ensino de economia e administração, o qual é relegado a uma posição inferior, incompatível com a sua importância e complexidade, pois, como salienta MORATÓ, as leis econômicas que governam as relações dos homens com os bens materiais estão regidas e influenciadas por elementos humanos conscientes, donos de uma vontade e sujeitos aos movimentos que as decisões humanas podem fixar na formação, processo e determinação dos fatos econômicos e sociais, em contraste com as ciências físicas e naturais que trabalham com elementos condicionados pela própria natureza em seu instinto harmônico e permanente.

Não contando o ensino de economia e administração com o bafejo oficial, a não ser a mera fiscalização, faltam-lhe até o prestígio e as honras que a simples existência de um instituto padrão na Universidade lhe outorgaria. Vive, assim, numa atmosfera que lhe não é propícia, e com isso

se estiolam irremediavelmente as melhores vocações e as lúcidas inteligências que a ele se devotam.

Às vezes, tem-se a impressão de que ainda permanece, entre nós, aquela estranha mentalidade que, no século 19, tentara excluir das universidades os chamados estudos utilitários, como os de administração e engenharia. Esquece-se, todavia, que tais propósitos, contrários à realidade da vida, nunca lograram o apoio da história. É típico o exemplo da Universidade de Nápoles, cuja criação, em 1224, visou sobretudo à formação de homens para a administração. E diversa não foi a missão das universidades de Marburg, Königsberg e Jena, criadas, respectivamente, em 1524, 1543 e 1558, com o fim especial de preparar funcionários para o Estado e para a Igreja a ele ligada.

Não se compreende, pois, a apatia reinante em nosso país quanto ao ensino de economia e administração, em grau universitário, a ponto de se não ter, apesar de decorridos 7 anos, instalado sequer, na Universidade do Brasil, a Faculdade Nacional de Política e Economia, criada pelo Poder Legislativo (Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937).

Como dizia SELIGMAN, há quase 30 anos, o espírito da verdadeira universidade é promover e trabalhar pela liberdade intelectual, mediante a conjugação das pesquisas científicas com o ensino profissional. A esse respeito, que contribuição valiosa poderiam ter prestado a economia e administração, se os estudos a elas pertinentes houvessem sido realizados sob a égide universitária, pelo menos em um instituto padrão!

É pena que ainda não tenhamos repudiado de vez certos preconceitos originados, alhures, das distinções fundadas em antagonismos de classes, como as que levaram Oxford e Cambridge, durante algum tempo, a se dedicarem, precipuamente, à simples formação do “gentleman”.

Valendo-me de uma expressão de GÆTAN PIROU, a respeito do ensino de economia na França, direi que basta o simples confronto com as repúblicas vizinhas, para “sentirmos cruelmente a nossa inferioridade”.

A ausência de seminários, a multiplicidade, aliás singular, de faculdades, tôdas elas deficientemente instaladas e sem uma biblioteca moderna, tudo isso anula os esforços de um grupo de abnegados.

Em tôda a Argentina existem somente 4 Faculdades de Ciências Econômicas, mas tôdas elas funcionando em edifícios próprios e com excelentes locais, tanto para preleções como para os trabalhos de investigação. Contam ainda com numeroso pessoal técnico para os Institutos de pesquisas. Estes, apenas, na Faculdade de Ciências Econômicas de Buenos Aires, sobem a 11, dentre os quais se destacam, pela sua rica documentação e abundância de publicações, os de Economia Bancária e de Administração Pública, este sob a direção do competentíssimo Dr. Juan

Bayetto e aquêl criado, animado e dirigido pelo lúcido economista Dr. Pedro Baiocco.

Não menos importantes são os institutos de pesquisas anexos à Faculdade de Ciências Econômicas, Comerciais e Políticas de Rosário. Os trabalhos de seminário ali realizados, sob a orientação segura do professor Dr. Natalio Muratti, que tanto tem enriquecido a literatura econômica da Argentina dispensam comentários. E para falar de assunto muito ao gosto dos meus amigos do D. A. S. P., basta mencionar a atuação, ao mesmo tempo brilhante e fecunda, do eminente professor Dr. Rafael Bielsa, diretor, por longos anos, da referida Faculdade e do Instituto de Direito Público, a ela anexo.

Aquêles que, ao menos, já examinaram alguns dos volumes do Anuário dêsse Instituto, podem bem avaliar as excelentes contribuições daquele órgão de pesquisas.

Trabalhos de investigação de natureza semelhante, embora em menor escala, vêm realizando também a Escola de Ciências Econômicas da Universidade Nacional de Córdoba, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade da República do Uruguai e a Escola de Economia e Comércio da Universidade do Chile.

Em contraste com essa evolução natural e lógica, que retrata nitidamente a firme decisão de se realizar naqueles países algo duradouro e proficuo, no Brasil crescem, em número, as faculdades de ciências econômicas e administrativas.

Em detrimento do ensino, já possuímos cerca de trinta dêsses estabelecimentos. Ao passo que a opulenta Buenos Aires, com população superior à do Rio e centro de vida econômica de uma das regiões mais ricas do mundo, apenas conta com uma Faculdade de Ciências Econômicas, no Rio já existem cinco institutos congêneres.

Apesar da inegável dedicação e invulgar mérito de alguns professôres, e do entusiasmo confortador que despertam as magníficas qualidades de muitos alunos, força é confessar que os resultados não podem ser satisfatórios, porque, para o pleno desenvolvimento das atividades de ambos, faltam, infelizmente, os elementos essenciais.

E' um perder de energias e vocações, que fere fundo a sensibilidade daqueles que aspiram a um Brasil forte e respeitado, onde o bem estar social seja um hino de louvor ao trabalho e à alegria.

Essas apreciações não envolvem crítica aos homens responsáveis pela orientação do nosso ensino econômico-administrativo. Reconheço-lhes o esforço e a dedicação, pois, além das dificuldades que não conseguiram remover, sofreram inevitavelmente a influência das injunções do meio e tiveram que atender a peculiaridades do nosso sistema educacional.

Estamos, porém, todos debruçados sobre o futuro e só êle nos deve interessar. Devendo tratar do assunto, em virtude de convocação honrosa da Divisão de Aperfeiçoamento, não me é possível fugir à análise de circunstâncias que se relacionam com as dificuldades encontradas no exercício do magistério. Nem devo, em tal oportunidade, silenciar em relação a observações feitas no trato diuturno de questões econômico-administrativas.

Talvez a minha opinião não passe de mera impressão. Ela, porém, não é fruto de tendências doutrinárias, nem de interesses de classe; é a resultante de alguns anos de entusiasmos e de decepções, quer no ensino de economia e finanças, quer no estudo dos problemas econômicos em importantes setores especializados.

Por isso, como os fundadores da Universidade de Berlim, que chegaram à conclusão de não ser possível ensino superior sem que o professor tivesse participação ativa na evolução do conhecimento, por meio do ensino conjugado com a investigação na própria universidade, invoco também o direito de pensar que, para os cursos de economia e administração formarem eficazmente economistas e administradores, se torna indispensável a organização de seminários e a realização de pesquisas, para o que deve haver, ao menos, um instituto padrão na Universidade do Brasil.

E' preciso que o estudante aprenda a aplicar, durante o curso, os métodos de investigação científica, a organizar o arquivo bibliográfico e a documentação técnica e estatística. Sem isso, dificilmente realizará, no exercício da profissão, estudos e investigações no nível que o progresso da ciência exige para a orientação das atividades econômicas e administrativas.

Somente os que desconhecem a indiscutível utilidade dos trabalhos dêsse gênero podem ficar indiferentes à renovação do nosso ensino de economia, no sentido de torná-lo mais consentâneo com o grave momento que vivemos.

Há também os que duvidam da absoluta necessidade dêsses trabalhos ou do êxito de sua realização nas faculdades. Isso é fruto, porém, de lamentável confusão. Atribui-se, erradamente, tanto ao seminário como à pesquisa nessa matéria, uma tal complexidade, que desalenta os mais entusiastas e faz que se malogrem as melhores esperanças.

Não há dúvida de que é necessário esforço concentrado e sistemático, o que exige, sobretudo, vocação. Disso não se segue, todavia, que o trabalho de seminário seja penoso ou difícil de realizar.

Justificando-o, em 1930, escreveu o ilustre professor Dr. JUAN RODRIGUEZ LOPEZ, da Universidade de Montevideo, estas expressivas palavras:

"En Alemania hay seminarios para teología, lingüística, economía, contabilidad, estadística, historia, jurisprudencia, etc. Es una innovación universitaria alemana y que, como sustituye ventajosamente a los cursos de conferencias, se va incorporando a las universidades más modernas. Porque la "conferencia" constituye un método didáctico unilateral, ya que el alumnado oyente, puede o no asimilar la siembra verbal del profesor, sin anadir ningún estímulo e la investigación personal propia. En el seminario, el profesor dirige o indica los campos de observación. Los estudiantes — dentro de una organización metodizada — desarrollan su observación directa y escudriñan con esfuerzo personal y propio en todas las fuentes de investigación. Y así, nunca se perderán fuerzas en obras estériles: en el peor de los casos quedará para estudios posteriores una base de informaciones exactas y precisas".

Não há dúvida, o hábito de pensar e trabalhar com planos definidos e métodos seguros simplifica enormemente os processos de trabalho, atenuando os esforços desenvolvidos.

Escolhido um tema, organizada a informação bibliográfica, feita, enfim, a sistematização do material a ser utilizado, começam, dentro em pouco, a aparecer os frutos desse labor bem orientado. Além disso, a obrigação de o aluno apresentar monografias sobre temas selecionados e autorizados pelo diretor do seminário contribui decisivamente para a criação de uma mentalidade científica, como tive ocasião de verificar nos Estados Unidos e na Argentina, ao mesmo tempo que permite o enriquecimento da bibliografia nacional com obras de indiscutível valor.

Não é demais salientar que os trabalhos de seminário apresentam ainda a vantagem de obrigar o estudante a aplicar os seus conhecimentos em relação a problemas objetivos, realizando investigações sobre assuntos de atualidade local, nacional ou internacional.

Outro aspecto digno de ser ressaltado é o que se refere à especialização do futuro economista, visto que o trabalho do seminário, durante o curso, vai decidir também sua vocação profissional.

Elegendo, de acordo com o plano de estudos, um dos cursos de seminário autorizados, o estudante, por meio dos trabalhos realizados, revela suas aptidões e consegue, na maioria dos casos, firmar seu conceito profissional desde os bancos acadêmicos. Tal fato é de suma importância para o progresso da ciência, que visa, antes de tudo, à felicidade social máxima.

Como complemento dos trabalhos de seminário nas faculdades, podem ser criados Institutos, como existem na Argentina, com a finalidade especial de realizar investigações sobre problemas diretamente ligados à economia e à administração nacionais.

Com a colaboração de professores, ex-alunos e pessoas que se hajam distinguido nessa matéria, tais entidades formam um núcleo de estudiosos que poderão acompanhar, permanentemente, a evolução do pensamento científico e orientar a economia e a administração em face das mutações, às vezes alarmantes, geradas pelo enorme e rápido desenvolvimento tecnológico dos tempos atuais.

Não se trata, como se vê, de um mero jogo de palavras, vazias de sentido objetivo. Na verdade, os altos interesses do país estão a exigir a imediata criação desses institutos num ambiente universitário e imbuídos do mais puro espírito científico.

Nem foi por outra razão que as lúcidas inteligências que nos deram o esplêndido diploma que é a Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937, incluíram, como parte integrante da Universidade do Brasil, além de muitos outros institutos de pesquisas, o de Organização Política e Econômica, que ficou criado pela citada lei, embora não tenha sido, até agora, transformado em realidade.

Visão maior revelaram ainda, quando, no art. 8.º, estipularam que "A Universidade do Brasil e as demais instituições federais, que realizam pesquisas científicas e outros trabalhos de natureza intelectual relacionados com o ensino superior, cooperarão reciprocamente nas respectivas

atividades, pela forma que fôr estabelecida em regulamento".

E, completando essa série de providências salutares, a referida lei dispõe sobre a obrigação de o professor consagrar, diariamente, duas horas ao ensino; possibilita a adoção do tempo integral, quando as necessidades do ensino o justificarem; assegura a ida, anualmente, de um ou mais professores catedráticos ao estrangeiro, para fazer estudos especiais da disciplina que lecionarem, e, por fim, permite sejam contratados, anualmente, professores estrangeiros, de nomeada, para dar cursos especiais na Universidade.

Postas em prática essas diretrizes sábias e convincentes, os frutos seriam opimos.

Além das vantagens que esses institutos apresentam, como elementos de formação cultural, as suas experiências possibilitarão ainda o conhecimento da conjuntura econômica do país, permitindo aos técnicos sugerir, em tempo oportuno, as providências que devam ser tomadas para, como diz MÜLLER, "fazer desaparecer das ondulações econômicas todos os movimentos perniciosos que são a causa de a economia não atingir o seu ponto máximo de atuação".

Para esse fim, foi que a Universidade de Harvard fundou, em 1917, o seu famoso instituto de pesquisas econômicas, cujos métodos de trabalho serviram de base, como se sabe, aos estudos da conjuntura realizados pela Escola de Economia de Londres, pelo Instituto Estatístico da Universidade de Paris e pelo Instituto de Conjuntura de Berlim.

Mas a concretização desse ideal, que resume as aspirações de quantos desejam a prosperidade do país, não será possível, se não atentarmos bem para as realidades brasileiras.

Qualquer medida que vise a fragmentar ainda mais o ensino de economia e administração será contraproducente.

Precisamos concentrar esforços e recursos para assentarmos em pilares mais seguros o futuro dos nossos economistas e administradores.

Como muito bem acentuou o professor PAULO LIRA, em entrevista recente sobre a reorganização do curso de administração e finanças, é notória a "imaturidade da idéia da sua bifurcação ou mesmo tripartição, a título de se formarem técnicos altamente especializados em qualquer dos ramos de Administração, Economia e Finanças".

As razões são óbvias. Não temos, indubitavelmente, mercado de trabalho que justifique uma especialização em tal grau.

Por outro lado, uma alta especialização nesses setores seria obtida somente à custa do preparo básico dos respectivos técnicos, o que apresenta inconvenientes sérios.

Os estudos de economia, administração e contabilidade são, além disso, interdependentes. Os fenômenos de que essas disciplinas se ocupam, quer ocorram na órbita do Estado ou no domínio das atividades privadas, atingem sempre todo o corpo social. Não é possível, portanto, tratar deles nem atenuar-lhes os efeitos, sem um conhecimento universal dos princípios a que os mesmos obedecem.

Há ainda outra cousa que se não deve esquecer: os mentores, orientadores, enfim aquêles que devam traçar a política econômica, administrativa ou qualquer outra, constituem um pequeno grupo de verdadeiros especialistas. São espíritos de escol, singularmente devotados ao estudo, e formam a sua mentalidade no trabalho árduo e apaixonado de muitos anos.

Esses homens é que merecem e precisam de facilidades excepcionais, cursos post-universitários, viagens frequentes no país e no estrangeiro, livre disposição de livros e revistas técnicas, auxílio eficaz de assistentes capazes e dedicados, etc.

Em país algum, porém, se pretendeu criar legiões de tais especialistas, pois, nem isso é possível, nem há necessidade de grande quantidade desses homens.

O que precisamos é de pessoal com uma formação técnica fundamental, que possa executar bem os serviços de nossas repartições e empresas privadas. Para isso, basta a criação da Faculdade de Ciências Econômicas, em grau universitário, com planos de estudos sem a rigidez impeditiva do integral aproveitamento das vocações. Façamos planos modestos, para que possamos realizá-los, integralmente. Evitemos todo desperdício, procurando tirar o maior proveito de *empreendimentos pequenos*, mas que possamos realizar.

Se conseguirmos suprir a lacuna que nos humilha num confronto com a Faculdade de Ciências Econômicas dos países vizinhos, já será bastante, por ora.

É fácil conseguir pequenas cousas, mas é uma aventura dar grandes saltos. Uma Faculdade de Ciências Econômicas que, ao lado das matérias básicas, possibilite ao estudante eleger as que sua vocação ou necessidade funcionais exijam, realizará os objetivos principais do nosso ensino econômico-administrativo.

Se me fôsse possível fazê-lo, dentro dos 30 minutos improrrogáveis de que disponho, tentaria apreciar outros aspectos do tema que merecem ser tratados, tanto pela sua relevância quanto pela oportunidade do seu exame.

Não o podendo fazer, desejo, ao menos, enunciá-los.

Outrem os analisará, por certo, em nova reunião, em que o assunto possa ser amplamente discutido.

Dentre êles, ressalta, pela sua magnitude, a questão da rigidez dos *currícula*, que me parece insustentável por mais tempo.

Custa mesmo a crer que se possa tolerar, ainda, o sistema adotado relativamente ao curso de Administração e Finanças, pois a sua indiscutível nocividade engendra dificuldades insuperáveis.

Obrigar alguém a estudar disciplinas que, não sendo básicas, o impeçam de eleger outras, de acôrdo com a sua vocação ou necessidades profissionais, é trabalhar contra o ensino, afugentando alunos e perdendo energias e valores que se não devem desprezar.

No tocante também ao *currículum*, estudaria a sua estruturação, de modo a garantir um certo número de matérias eletivas ao lado das básicas ou essenciais. Entre estas

últimas, incluiria, no mínimo, estatística, contabilidade do custo e história das doutrinas econômicas.

Instituiria, outrossim, o curso de doutorado com a duração de três anos e mais a obrigação da defesa de tese, tendo em vista a alta especialização em economia, administração ou contabilidade.

Para esse fim, seria assegurado ao aluno o direito de eleger um certo número de matérias dentre as do *currículum*.

Vincularia à Universidade do Brasil, entre outros, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Departamento Administrativo do Serviço Público, o Conselho Técnico de Economia e Finanças e a Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, para que cooperassem reciprocamente na esfera das respectivas atividades e na medida do possível.

São essas as idéias que me parecem fundamentais em referência ao problema que nos preocupa presentemente.

Quero terminar estas minhas pobres considerações, que as fiz apenas no intuito de prestar colaboração sincera a esse admirável trabalho que vem realizando a Divisão de Aperfeiçoamento, lembrando os seguintes conceitos de CAJAL, a propósito dos deveres do Estado em relação com a produção científica:

“A prosperidade duradoura das nações é obra da Ciência e de suas múltiplas aplicações ao fomento da vida e dos interesses materiais. Segue-se, desta indiscutível verdade, a obrigação inescusável do Estado de estimular e promover a cultura, desenvolvendo uma *política científica*, encaminhada a generalizar a instrução e a beneficiar, em proveito comum, todos os talentos úteis e fecundos, brotados no seio da raça”.

*
* * *

A seguir iniciaram-se os debates, falando primeiro o Sr. Augusto de Rezende Rocha:

“Um comentário de mediano interesse à palestra que acaba de ser proferida exigiria do debatedor tempo e poder de síntese iguais aos do ilustre conferencista, embora talvez lhe fôsse útil menor dose de diplomacia. Poder de síntese — a fim de em breves páginas condensar matéria tão vasta e rebelde a simplificação, como vitoriosamente o conseguiu o Prof. Lopes Rodrigues. Tempo — para ter oportunidade de entretecer pequenas minúcias de importância nas grandes questões de que êle se revelou, mais uma vez, tão experiente conhecedor. Menor dose de diplomacia — a fim de não deslisar com tanta perícia sobre as causas que embaraçam no Brasil o progresso do ensino superior de Economia e Administração e, às vezes, forçam — não sabemos por que — espíritos objetivos como o do Prof. Lopes Rodrigues a serem excessivamente discretos. Ora, nem a Divisão de Aperfeiçoamento pode arriscar-se na aventura de aumentar os dez minutos que nos cabem, segundo o regulamento, porque o resultado seria vago e

impalpável, nem a Providência nos concedeu tão liberalmente aqueles dotes de abreviar os assuntos e deslisar sobre dificuldades, que caracterizam o conferencista. Não ignoramos, pois, que qualquer comentário nosso às suas palavras de hoje, não passará de uma pobre conversa despreziosa, com a única vantagem de resvalar para a franqueza bem intencionada. Esperemos sinceramente que ao menos esta última qualidade compense as deficiências gerais.

Se tentássemos comprimir em tópicos o pensamento do conferencista, poderíamos talvez fazê-lo da seguinte maneira :

1) No Brasil, existe uma confusão generalizada quanto à natureza e à importância dos estudos de Economia e Administração;

2) provavelmente por isto mesmo tem faltado a esses estudos apoio moral e material do Governo, que até agora se tem limitado a uma função meramente fiscalizadora;

3) as disposições da Lei n.º 452, de 5 de julho de 1937, relativas à criação da Faculdade Nacional de Política e Economia, até hoje não lograram efetivar-se, o que tem permitido a proliferação de institutos particulares e estaduais precariamente instalados e sem possibilidades de ministrar ensino eficaz, não obstante o esforço abnegado de alguns idealistas, que ingloriamente se vem dispersando;

4) os cursos de Economia e Administração efetuados pelo sistema tradicional de conferências ou preleções não desenvolvem nos alunos o gosto da pesquisa e do estudo bem orientado nem lhes estimulam a vocação; urge substituí-los pelo sistema de seminários, o único — na opinião do Prof. Lopes Rodrigues — que será capaz de revitalizar o ensino dessas disciplinas;

5) a rapidez dos currículos dificulta por outro lado a escolha de uma especialização durante o curso, alargando ainda mais o desentendimento entre os que se voltam de preferência para a teoria e os que só se interessam pelos aspectos práticos das matérias a que se aplicam; cumpre distinguir, portanto, entre as disciplinas básicas e as eletivas, incluindo nas primeiras: estatística, contabilidade do custo e história das doutrinas econômicas;

6) conclui-se do exposto que são pelo menos quatro os imperativos que estão a exigir nossa atenção: concentração de esforços dos interessados em questões de Economia e Administração, a fim de impedir a multiplicação de estabelecimentos de ensino sem recursos indispensáveis; criação de uma Faculdade de Ciências Econômicas na Universidade do Brasil; maior flexibilidade dos currículos; introdução efetiva do sistema de seminários, de modo a facilitar a participação do professor na evolução do conhecimento.

Não cremos que essas críticas e sugestões, embora imperfeitamente sumariadas, deixem de ser apreendidas na sua importância por todos os que tenham do problema uma noção, mesmo superficial. Quem as fez localizou os pontos essenciais da questão com rara felicidade. No entanto, não será a finura diplomática do Prof. Lopes Rodrigues um impedimento grave para pormos em equação todos os dados do problema?... Não hesitamos em responder pela afir-

mativa, pois não basta pensar que, atendendo ao que é específico do ensino de Economia e Administração, a solução seja fácil; cumpre atentar no que é inerente ao próprio ensino superior de um modo geral. Por outras palavras: o que entrava no Brasil o progresso do ensino dessas disciplinas em grau mais elevado consiste menos em um problema que lhes seja próprio do que em um problema geral, a saber: a renovação didática e científica do ensino superior, especialmente das ciências jurídicas e sociais. Eis porque não nos parece que o Prof. Lopes Rodrigues seja um descrente da possibilidade de virmos a ter em futuro próximos cursos de Economia e Administração razoavelmente satisfatórios. Na verdade, se desejássemos resumir em uma fórmula o que ele pensa da situação atual desses cursos, sem dúvida não encontraríamos melhor que a de FERREIRA VIANA, referindo-se escandalizado, com os prejuízos característicos de bom liberal do século XIX, à legislação imperial, que lhe parecia desnecessariamente copiosa: "No Brasil, temos todas as leis de que precisamos; só nos falta uma: a que ponha em vigor as existentes..." Também o Prof. Lopes Rodrigues pensa semelhantemente: bastar-lhe-ia, no que diz respeito ao ensino de Economia e Administração, que a Lei n.º 452 entrasse em execução... Constrange-nos confessar de público que o nosso pessimismo é muito maior, porque não se limita apenas a um setor particular do ensino superior — abrange-o na sua totalidade.

No empenho talvez baldado de apresentar de maneira concisa as nossas idéias resumiremos em quatro tópicos gerais em que divergimos do que propõe o Prof. Lopes Rodrigues. São divergências de grau, é certo, mas desgraçadamente as grandes diferenças de grau às vezes equivalem às de natureza.

1) Falta ao Governo federal autoridade para cercear o funcionamento de pequenos estabelecimentos de ensino superior se persistir na política meramente fiscalizadora a que se vem cingindo. Não basta estabelecer padrões ideais a que, de resto, as suas próprias escolas não se acomodam; cumpre exigir menos q auxiliar mais, cooperando não somente com os governos estaduais senão também com as entidades particulares que o merecerem.

2) A malograda Faculdade Nacional de Política e Economia, quando vier a organizar-se, não passará de um belo sonho se o seu corpo docente fôr constituído exclusivamente por elementos nacionais. A experiência das Escolas de Filosofia, tanto no Rio como em São Paulo, mostra, à saciedade, que durante os dez primeiros anos de funcionamento uma faculdade nova não prescinde do concurso de mestres estrangeiros. Se ao cabo de dois ou três anos eles são dispensados, o que logo se verifica é a decadência dos cursos ministrados. Neste caso, como em tantos outros, o que mais importa é o enraizamento de uma tradição escolar.

3) A flexibilidade dos currículos é um velho tema que inútilmente se tem procurado renovar. Em princípio, nada mais acertado e urgente. Mas, onde o critério seguro para discriminar matérias básicas de matérias secundárias? O Prof. Lopes Rodrigues, p. ex., considera a História das Doutrinas Econômicas uma disciplina fundamental. Acaso não se explicará essa opinião pela sua formação intelectual, possivelmente tributária da cultura francesa? Muito mais

importante que a História das Doutrinas Econômicas é a História Econômica ou Economia Descritiva, porque proporciona uma noção do evoluer das próprias instituições, da prática e da técnica do trabalho, da indústria e do comércio, etc. Basta citar a questão do empréstimo a juros na Idade Média e na Idade Moderna; a revolução agrária por que passou a Inglaterra sob Elizabeth, etc., para que se reconheça como é muito mais fundamental, em um curso superior de Economia, o conhecimento dos fatos — que afinal derivam das idéias — do que o conhecimento de idéias que nunca chegaram a viver em fatos. O exemplo da Fisicracia confirma, se não estou enganado, o que venho de afirmar.

O sistema dos seminários, que da Alemanha se foi propagando a todas as Universidades européias e americanas, é, sem dúvida, muito superior ao sistema autoritário de conferências e preleções que ainda vigora entre nós, suscitando e fortalecendo a vulgarização das apostilas de aula ou resumos taquigrafados — convite sedutor à preguiça intelectual dos alunos e fonte fecunda de lucros para os industriais que promovem a sua produção... Esquecem, todavia, os seus defensores que ele está condicionado a outro sistema, que tão cedo não temos esperança de ver implantado no Brasil: o do tempo integral para o professor. Não se carece de muitos argumentos para demonstrar que, no exercício de outras funções, de igual ou maior responsabilidade que as de professor, um indivíduo não pode pôr em prática eficientemente o sistema de seminário. Na contingência de sacrificar alguma das suas funções, o professor brasileiro não tem um minuto de vacilação: esquece o seminário... Se o não fizer terá como recompensa dos que lhe conhecerem a atitude unicamente um sorriso de compassiva ironia — o que já não é pouco, reconheçamos.

Excetuados estes pequenos detalhes, foi para nós uma real satisfação verificar que pensávamos como o Prof. Lopes Rodrigues”.

*
* * *

Seguiu-se com a palavra o Sr. Anibal Maya, da D.A., que, no impedimento do Prof. Raul Bittencourt, leu o debate que S.S. havia escrito:

“A conferência que me cabe comentar sustenta predominantemente duas teses:

- a) a necessidade de elevar o ensino de economia e de administração ao nível universitário;
- b) a conveniência de preparar em um mesmo curso economistas e administradores.

Para corresponder ao primeiro objetivo, propõe:

- 1 — a prática da pesquisa correlata ao ensino;
- 2 — a flexibilidade do currículo, com cadeiras básicas e cadeiras eletivas;
- 3 — o curso de doutorado, além da defesa de tese já prevista em lei;
- 4 — a organização da Faculdade Nacional de Política e Economia, como instituto padrão, integrado na Universidade do Brasil e já criada por lei.

Das duas teses fundamentais, a segunda será capaz de suscitar divergências, pois que já se definiram campos de preferência, nos círculos cultos do país, entre a conjugação e a diferenciação do ensino da economia e da administração.

Quanto à primeira tese, penso que as opiniões serão unânimes: é indispensável e urgente erguer o ensino da administração e da economia ao nível universitário.

De minha parte, concordo plenamente com esse ponto de vista do ilustre conferencista e ainda com os quatro meios por ele propostos para atingir aquêle fim: pesquisa, flexibilidade do currículo, curso de doutorado, Faculdade de Economia incluída na Universidade do Brasil.

Para apresentar as razões do meu apoio, devo partir de um ponto de vista mais geral: a natureza mesma do fato educacional, que, estruturado ou amorfo, existe sempre, em qualquer sociedade.

A filosofia da educação distingue quatro elementos básicos do fenômeno educacional: objetivos ou fins, meios ou métodos, educando e educador. Esses quatro fatores coordenados e estruturados geram um derivado complexo: a escola.

Serão falhos todos os pensamentos e tentativas práticas que não se sujeitarem ao crisol dessa análise sistemática, por se perderem no emaranhado dos fatos e das opiniões contraditórias.

Desde que se trate de examinar uma certa modalidade de ensino (o de economia e administração) já estamos ferindo o problema dos fins ou objetivos educacionais. Aqui é indispensável lembrar que os objetivos da educação não são inventados nem pelos educadores (considerados individualmente), nem pela escola. Ao contrário, a escola é que se organiza e os educadores se formam segundo objetivos preexistentes e definidos pela sociedade. As necessidades sociais (entre elas as das convicções éticas) é que impõem e caracterizam fins a serem perseguidos pela educação. As variantes das necessidades sociais determinam as modalidades de ensino e, conforme essas mesmas necessidades sejam mais ou menos complexas, assim, pela própria natureza das coisas, se fixa o nível de ensino adequado a cada modalidade.

E' por não haver nenhuma necessidade social que se torna inútil fundar uma escola de pesca no interior do sertão, ainda que de grau elementar. E' por uma necessidade social que o ensino primário rural precisa ser diferenciado do ensino primário urbano. E' por uma necessidade social que o Brasil, encontrando-se em fase de crescente industrialização, reagiu educacionalmente com as escolas artesanais, as escolas técnicas, as escolas industriais e o S.E.N.A.I. Foi, ainda, entre outros motivos, pelos problemas suscitados no ensino médio e pela necessidade social da formação de professores secundários que se criaram as Faculdades de Filosofia.

Fixemos, agora, a atenção para o campo da administração e da economia. Não existe a complexa engrenagem da administração pública, federal, estadual, territorial e municipal? Não existem, dentro dessa administração pública, 180.000 funcionários federais e civis, quase outro tanto

de funcionários estaduais, e ainda, em 1.573 municipais, perto de 16.000 funcionários, ao todo mais de 366.000 servidores públicos? Além da administração pública, não existem as empresas industriais, comerciais e agrícolas de caráter privado, que são administradas? Pelo recenseamento de 1940, só em São Paulo contaram-se 13.000 estabelecimentos industriais, no Rio Grande do Sul 6.500, no Distrito Federal 4.500. Não existem milhão e meio de industriários e comerciários? E dos 8 milhões de trabalhadores agrícolas uma boa parte não transcende das formas rudimentares da lavoura e do pastoreio e não se congrega em empreendimentos que exigem atividades administrativas definidas?

Quanto aos problemas econômicos, não estão eles maduros no tempo em que vivemos? Não os tem a sociedade brasileira, numerosos, complexos, crescentes? Não é básico, para a existência mesma da nacionalidade, equacionar e resolver os problemas econômicos brasileiros que se desdobram com a variedade de climas do nosso território, com a larga extensão de nosso país, com a precariedade de nossas vias de comunicação, com a convulsão que a guerra mundial está trazendo ao comércio exterior e com o momento histórico que o Brasil vive, empenhando-se em acrescentar às bases agrícolas uma sólida construção industrial?

Que significa tudo isso, aos olhos dos educadores? *Necessidades sociais que clamam e exigem ensino de administração e de economia em nível medido pela complexidade dos problemas da economia e da administração brasileiras, isto é, em nível máximo ou universitário.*

Ninguém duvida, só por ser tradicional, que o ensino da medicina, da engenharia e do direito, deva ser universitário. Parece a todos evidente que a saúde da população brasileira, a construção de habitações, de obras de saneamento, de ferrovias e rodovias, o normal funcionamento das fábricas, assim como dos órgãos da justiça impõem uma educação médica, politécnica e jurídica de caráter universitário. Já se pensava assim no tempo do 1.º Império, quando tais modalidades de ensino já existiam.

Mas, de 1827 a 1944, a vida econômica cresceu prodigiosamente em complexidade, surgiu a nova ciência da administração, o Brasil passou dos ciclos predominantemente monoculturais do algodão, do café e da borracha, para a tendência pluricultural e de um sistema de exclusivismo agrícola para uma crescente industrialização. De outro passo, os escritórios de atividade comercial, as empresas industriais e o organismo estatal adquiriram um grau de diferenciação administrativa que os nossos homens públicos e homens de negócio, há mais de um século, não poderiam sequer suspeitar.

Como pode o nosso sistema educacional permanecer quase insensível a essa realidade clamante?

E' certo que o Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, melhorou consideravelmente a orientação do

ensino comercial, mas atingiu apenas o grau médio da educação econômica, e o que a vida brasileira de nossos dias reclama é muito mais: é a fixação em alto nível do ensino econômico superior. Às necessidades da saúde, da justiça e da técnica industrial, secularmente reconhecidas nos cursos tradicionais de medicina, direito e engenharia, acrescentam-se, agora, nada menos imperativas, as necessidades da administração e da economia brasileiras, às quais deve corresponder necessariamente um ensino universitário de economia e administração.

Quem diz *universidade* diz ensino, pesquisa, cooperação e influência social, quádruplo alicerce de qualquer centro de estudos merecedor daquela denominação. O que significa que o ensino econômico, quaisquer que sejam as aparências formais da lei, só atingirá *realmente* o nível desejado pelas exigências da vida brasileira contemporânea quando à rotina dos programas acrescentar a prática da investigação científica, a inter-relação ativa com outros núcleos de ensino e pesquisa e vier a exercer, pelo valor intrínseco dos trabalhos produzidos, uma influência eficaz na administração pública e particular.

Dá se conclui que a organização da Faculdade Nacional de Política e Economia na Universidade do Brasil não será ainda a solução, mas o *primeiro passo* para a solução do problema.

Outros pontos a serem versados relativamente à elevação do nível do ensino econômico, se o tempo concedido ao comentador fôsse mais amplo, e que aqui apenas menciono para sugerir futuros debates, são: limitação de matrícula, orientação e seleção profissionais, renovação do currículo.

Quanto à segunda tese da conferência, que sustenta a conjugação em um só curso do ensino de economia e de administração, embora me incline ao ponto de vista do ilustre conferencista, atendendo ao período de transição em que se encontra o ensino, nesse setor, *julgo aconselhável a realização de um inquérito*, minuciosamente formulado, para fazer uma sondagem nos círculos de administração pública e nas empresas industriais e comerciais de caráter privado quanto ao grau de diferenciação na procura de economistas e de administradores.

Só me resta agradecer ao Sr. Prof. Mário de Brito a honra de me ter conduzido ao debate dessa culta conferência e ao convívio intelectual da Divisão de Aperfeiçoamento do D.A.S.P., na qual a instituição desses seminários demonstra o nível a que já tem subido a administração brasileira".

*
* *

Encerrou-se a reunião com a tréplica do conferencista a seus debatedores, feita de improviso.